

A CONSTRUÇÃO DO *TERRITÓRIO CAMPONÊS* - ENTRE *VELHAS* E *NOVAS* UTOPIAS¹

Valeria de Marcos²

INTRODUÇÃO

A fase atual de desenvolvimento capitalista, caracterizada por uma globalização cada vez mais excludente, tem sido marcada pela busca e realização de formas de produção alternativas, pela construção de uma relação mais harmônica com o território, capaz de garantir um desenvolvimento mais igualitário, baseado nas potencialidades do território e da comunidade que o realiza, ou seja, de um desenvolvimento de base local e *autosustentável*. Tal busca, porém, não é uma exclusividade deste momento histórico. Muito já foi proposto, discutido e experimentado, sobretudo no que se refere às formas de organização alternativa da produção camponesa e, com esta, do *território camponês*, mais especificamente da produção coletiva e comunitária.

A discussão sobre estas formas de organização da produção foi realizada com muita propriedade pelo movimento anarquista através das correntes **coletivista** e **comunitária** representadas respectivamente por BAKUNIN e KROPOTKIN. O momento em que ela foi mais intensa foi da segunda metade do século XIX até a década de 30 do século XX. A própria Geografia realizou esta discussão através de KROPOTKIN e RECLUS, muito embora estes dois geógrafos tenham permanecido à margem do pensamento oficial, justamente por andarem na contra-mão da tendência hegemônica de se fazer e conceber a Geografia daquele período. Recuperar essa discussão é de fundamental importância para que se possa acertar no futuro e auxiliar, de alguma forma, na construção de um “*outro mundo*”, para utilizarmos o slogan do movimento de Porto Alegre e, com ele, de uma outra forma de desenvolvimento.

AS ORIGENS DA DISCUSSÃO OU AS «VELHAS» UTOPIAS

É de longa data que uma parte da humanidade tem se empenhado na busca de formas de organização da produção capazes de possibilitar uma vida em bases mais equas e no respeito do ambiente. O mesmo momento histórico que gera uma forma de capitalismo aparentemente hegemônico gera, contraditoriamente, os germes da sua superação através

¹ Texto apresentado com algumas alterações na mesa redonda “*Teoria Geográfica dos Movimentos Sociais*” durante o VI Congresso Brasileiro de Geógrafos ocorrido em Goiânia-GO de 18 a 23 de julho de 2004.

² Depto. de Geociências – CCEN UFPB
demarcos_valeria@geociencias.ufpb.br

de grupos sociais e de intelectuais que buscam alternativas e tentam, o quanto possível, colocá-las em prática. É neste quadro que se inserem as discussões realizadas há mais de um século no interior do movimento anarquista, sobre a organização da sociedade em bases coletivistas e comunistas/comunitárias.

O que animou a discussão no interior do movimento anarquista foi a necessidade de apresentar propostas concretas a serem colocadas em prática imediatamente após a realização da revolução social. As raízes destas propostas podem ser encontradas na Revolução Francesa e nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade por ela apresentados e divulgados pelo mundo todo. A consciência da força da classe trabalhadora, assim como de sua capacidade de organização nos sindicatos, serviu de estímulo ao debate sobre as formas de organização possíveis da sociedade futura. A sede privilegiada desses debates foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, sobretudo a Primeira Internacional, onde os socialistas discípulos de MARX e os anarquistas discípulos de BAKUNIN apresentaram e defenderam as suas propostas para a sociedade revolucionária.

De acordo com os anarquistas – nos centraremos nas suas propostas para a produção coletiva e comunitária – a primeira tarefa da revolução deveria ser a realização da expropriação, de forma radical e integral, de todos os bens que pudessem permitir a quem quer que fosse de explorar o trabalho de outrem. Tal expropriação – que deveria realizar-se em todos os setores da economia para não permitir retrocessos – teria garantido a todos o livre acesso a todos os meios necessários a desenvolver as suas faculdades de acordo com as suas possibilidades.

Superada esta fase, a sociedade seria organizada em comunas autogestidas que teriam buscado, dentro dos limites impostos, alcançar a autosuficiência através da diversificação da produção e de uma prática agrícola no respeito do ambiente, privilegiando as técnicas e os métodos de cultivo resultantes mais eficazes no decorrer do tempo, recuperando assim os saberes locais e considerando a terra como um patrimônio comum, do qual dispôr em benefício de cada um e de todos³. KROPOTKIN aconselhava também a integração entre as atividades agrícola e industrial, e o estabelecimento do primado do mercado interno sobre o externo. A estes princípios podem ser reconduzidas as propostas atuais de fechamento dos ciclos ecológicos e das fileiras econômicas apresentadas pelas teorias de desenvolvimento local autosustentável.

Todas estas propostas eram divisas pelas duas correntes da escola **socialista**, a *coletivista* e a *comunista*. A polêmica existente referia-se à forma de acesso ao fruto do trabalho desenvolvido coletivamente, e é aqui que reside a diferença entre a produção

coletiva e a produção comunitária, comumente utilizadas como sinônimos. Ponto de partida de ambas as correntes era a necessidade de se alcançar o verdadeiro objetivo da revolução social na ótica anarquista: o estabelecimento da completa liberdade e igualdade entre os homens, ou seja, igualdade não apenas política, mas também econômica e social. O caminho a ser trilhado para alcançar tal objetivo é que irá caracterizar estas duas formas de produção na agricultura.

BAKUNIN E O COLETIVISMO

De acordo com BAKUNIN, cujas idéias deram origem à escola *coletivista*, o objetivo da revolução na ótica anarquista seria alcançado “por meio da organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva das associações produtoras livremente organizadas e federadas nas comunas e por meio da federação, esta também espontânea, destas comunas” (BAKUNIN, 1977a:75).

O outro pilar das idéias anarquistas, base de sustentação da sociedade do devir e de todas as propostas de sua organização econômica e social, era a *justiça*, não aquela dos códigos, mas aquela baseada na consciência dos homens. A sociedade organizada sobre estas bases deveria fazer com que todos os homens pudessem ter “os meios materiais e morais para desenvolver plenamente a sua própria *humanidade*; tal princípio se traduziria (...) da seguinte forma: *organizar a sociedade em tal modo que qualquer indivíduo, homem ou mulher, vindo à luz, encontre oportunidades iguais para o desenvolvimento das próprias faculdades e para a utilização das mesmas com o próprio trabalho*; organizar uma sociedade que, tornando impossível a quem quer que seja a exploração do trabalho de outrem, permita a cada um participar do resultado das riquezas sociais (na realidade produzidas somente através do trabalho), somente na proporção em que terá contribuído a produzi-las com o próprio trabalho” (BAKUNIN, 1922:55/56). Estas eram as bases da organização **coletiva** da produção, que mais tarde se traduziram no moto **«de cada um, de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com o seu trabalho»**.

Os anarquistas eram, pois, contrários a qualquer forma de organização que, para poder existir, devesse basear-se em uma autoridade reguladora externa. A única ação que eles aceitavam do Estado era a mudança do direito de herança até a sua completa abolição. O objetivo era aquele de abolir a desigualdade econômica hereditária/artificial das classes, enquanto garantidora das desigualdades de acesso aos meios materiais de desenvolvimento. A única desigualdade aceita por BAKUNIN e por todos aqueles que o sucederam era aquela natural, pertencente ao indivíduo. Tal desigualdade era considerada um bem, uma qualidade, a verdadeira riqueza da humanidade, aquilo que a tornava “um

³ Um século depois, em um outro momento histórico, estas idéias reaparecem nas discussões feitas

todo coletivo no qual cada um completa[va] todos os outros e de todos os outros [tinha] necessidade: de modo que a infinita diversidade dos indivíduos humanos [era] a causa, a base principal da solidariedade estabelecida entre eles, [e] um argumento onipotente a favor da igualdade” (BAKUNIN, 1922:242).

A este propósito, BAKUNIN argumentava que somente quando se fosse estabelecida “a igualdade do ponto de partida para todos os homens sobre a terra, somente então – salvaguardando todavia os direitos superiores da solidariedade, que [era] e [permaneceria] sempre o mais potente produtor de todas as coisas sociais, inteligência e bens materiais, somente então [poderíamos] dizer (...) que cada homem [era] filho do próprio trabalho. E eis a conclusão: a fim de que as capacidades individuais [pudessem prosperar] e (...) dar todos os seus frutos, [era] necessário que as classes [fossem] abolidas: [deveriam] desaparecer a propriedade individual e o direito de hereditariedade, [deveria] ocorrer o triunfo econômico, político e social da igualdade” (BAKUNIN, 1922: 241). Em outras palavras, BAKUNIN propunha que a terra pertencesse *somente a quem a trabalhasse com os próprios braços*.

Outro tema afrontado por BAKUNIN foi aquele da cooperação, da qual ele também era um defensor, porém em bases diversas daquela burguesa. Defendendo a formação de associações e de sociedades cooperativas de crédito, consumo e sobretudo de produção como uma forma de emancipação do trabalho da dominação do capital, BAKUNIN chamava a atenção para aquilo que a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT – já havia destacado. Na sua opinião, a “cooperação sobre todos os seus aspectos é incontestavelmente uma forma equa e racional do futuro sistema de produção. *Mas para que esta possa alcançar os seus objetivos, que são a emancipação das massas trabalhadoras, a retribuição das mesmas em função do produto integral do trabalho por elas realizados e a satisfação das suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer forma, devem ser convertidos em propriedade coletiva*” (BAKUNIN, 1977b:223).

Organizada sob estas bases, as cooperativas teriam conduzido à verdadeira emancipação do trabalho e teriam tornado mais fácil a passagem à sociedade anarquista baseada na igualdade e na justiça. Vale a pena salientar que os objetivos da cooperação elencados pela AIT transformaram-se nos objetivos do **coletivismo** nascido com BAKUNIN e foram colocados em prática a todo efeito nas experiências dos coletivos espanhóis dos quais se falará mais adiante. As leis e os princípios fundamentais que regiam a proposta bakuniana de organização da sociedade eram: *respeito humano, justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, ciência e trabalho*. São estes os pontos que deram sustentação às suas práticas e às suas propostas para a organização da sociedade futura.

KROPOTKIN E O COMUNISMO ANARQUISTA

A análise da vasta obra de KROPOTKIN⁴ nos permite verificar a existência de uma meta a alcançar para a realização da sociedade futura: a satisfação de todas as necessidades dos indivíduos, nas suas palavras, o *bem-estar para todos*. Na sua opinião, bastaria mudar a impostação com relação a produção e privilegiar a produção de bens de necessidade ao invés de bens de luxo para ter um aumento natural da produção e, conseqüentemente, a garantia a todos de tudo o que fosse necessário para viver e desenvolver todas as suas faculdades. O único modo de alcançar tal objetivo era, para KROPOTKIN, através da organização da sociedade em comunismo anarquista, entendido por ele como o ponto de chegada natural na direção do qual a sociedade, já à sua época, começava a mover-se. Toda a sua obra é dedicada à defesa deste ponto de vista, à indicação de um possível caminho a seguir e ao desenho dos resultados que seriam obtidos uma vez que tal meta fosse alcançada.

Segundo KROPOTKIN – assim como segundo BAKUNIN – na sociedade futura **todos deveriam ter o mesmo direito de acesso às riquezas**. Segundo ele, **tudo deveria pertencer a todos** e, uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho a produzir as riquezas, teria tido direito – e aqui está a diferença com relação à BAKUNIN – a retirar destas quanto fosse necessário para garantir a satisfação das suas necessidades com bem-estar, de onde o moto **«de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades»**. Com esta concepção de acesso à riqueza produzida ele se declarava contrário às fórmulas de retribuição propostas pelos **coletivistas**, criando os pilares do **comunismo anarquista**.

A garantia do *bem-estar a todos* teria sido possível, para KROPOTKIN, graças à difusão dos progressos da ciência – sobretudo através do emprego das máquinas – em todos os setores da produção, bem como à mudança da própria lógica da produção. Tal mudança, entendida enquanto o favorecimento da produção de bens de necessidade ao invés de bens de luxo, que teria como resultado o aumento natural da produção, dependia da transformação de todas as propriedades privadas em propriedades comuns. É por este motivo que KROPOTKIN considerava que o objetivo principal da revolução fosse o de realizar a *desapropriação* em todos os setores da economia, tendo como base os seguintes objetivos: reconhecer a todos o direito à vida; pensar primeiro às necessidades dos trabalhadores e somente depois aos seus deveres; reconhecer o direito ao bem-estar, ao invés do direito ao trabalho, como a principal meta a alcançar.

⁴ Um estudo mais detalhado das suas principais obras – **Palavras de um rebelde, A conquista do pão, O apoio mútuo e Campos, fábricas e oficinas** – encontra-se no interior de minha tese de doutorado (ver bibliografia).

Sendo assim, a desapropriação deveria ter um amplo raio de ação para não permitir nenhum retrocesso. Seu objetivo deveria ser o fim da possibilidade de exploração do trabalho e a restituição a todos a possibilidade de acesso aos meios necessários para desenvolver as suas próprias faculdades e poder trabalhar sem que para isso fosse necessário vender sua força de trabalho a quem quer que fosse. Nas suas palavras: “queremos nos organizar de modo tal que cada ser humano que venha ao mundo tenha garantida a possibilidade de aprender um trabalho produtivo e de transformá-lo em um hábito; e em seguida, de poder realizar este trabalho sem pedir permissão ao proprietário ou ao patrão e sem pagar aos proprietários da terra e das máquinas a parte do leão sobre tudo o que ele produzirá.

(...)

O dia em que o camponês puder trabalhar a terra sem deixar a metade do que produziu; o dia em que as máquinas necessárias para preparar a terra para as grandes colheitas existirem em abundância, à livre disposição dos cultivadores; o dia em que o operário da oficina produzir para a comunidade e não para o monopólio, os trabalhadores não serão mais recobertos de trapos; e não existirão mais Rothschild nem outros exploradores.

Ninguém terá mais necessidade de vender a sua força de trabalho por um salário que não representa que uma parte do que ele produziu” (KROPOTKIN, 1948: 31/32). Esta forma de desapropriação teria dado origem a uma outra ciência econômica, dedicada ao estudo das necessidades da humanidade e dos melhores meios econômicos para satisfazê-las. Esta mudança de perspectiva teria tido como resultado uma nova organização da produção, com o objetivo de satisfazer tais necessidades com o mínimo desperdício de energia, matéria-prima e força de trabalho possível. Reorganizada sobre estas bases, a nova economia teria rompido com o primado capitalista da produção sobre o consumo, estabelecendo o seu oposto, ou seja, o primado do consumo sobre a produção: era a necessidade de consumir que deveria estabelecer o que, como e quanto produzir, e não o seu oposto. Este era, segundo KROPOTKIN, o caminho a seguir na direção do comunismo anarquista.

Considerando que todos os tipos de trabalho tivessem a mesma importância para o progresso da sociedade e que fosse impossível estabelecer e avaliar a contribuição de cada um no alcance de tal progresso de acordo com a qualidade, importância e grau de empenho no desenvolvimento do seu trabalho, e a partir do momento em que todos tivessem trabalhado, KROPOTKIN considerava que **deveriam ser as necessidades de cada um, e não o total de horas trabalhadas, a regular o consumo**. Segundo ele, a posse comum dos instrumentos de trabalho levaria necessariamente ao gozo em comum dos frutos do

trabalho comum. Sendo assim, a única forma possível de retribuição pelo trabalho era “colocar as «necessidades» acima das «obras», e reconhecer antes de mais nada o direito à vida – e depois ao bem-estar – a todos aqueles que [tivessem tido] uma certa parte na produção” (KROPOTKIN, 1948:134).

Realizada a desapropriação e estabelecido o comunismo anarquista, seria necessário pensar a como fazer funcionar a sociedade anarquista. A primeira coisa a decidir era a sua organização territorial. KROPOTKIN propõe a sua organização em *comunas*, por ele entendidas como *grupos de iguais*. Os únicos interesses que cada comuna admitiria acima dos seus seriam aqueles da Federação das Comunas livremente organizadas, mesma organização proposta por BAKUNIN. Cada comuna seria deixada livre para fazer todas as reformas e criar todas as instituições necessárias ao seu pleno funcionamento; seria uma *comuna* não apenas no nome mas em todos os aspectos da vida quotidiana, fossem eles políticos (abolição de qualquer forma de governo) ou econômicos (autogestão da produção e da comercialização); teria buscado universalizar-se e criar vínculos de solidariedade com outras comunas que seriam colocadas em relação entre si através da troca de mercadorias e de cultura, não tendo pois que temer nenhum tipo de isolamento.

A concretização do moto «**a cada um, de acordo com as suas necessidades**» dependia porém da forma de acesso à alimentação, habitação e vestuário. Segundo KROPOTKIN organizariam-se grupos de voluntários responsáveis pela realização de um inventário de tudo quanto disponível e pela difusão pública dos resultados e dos locais onde encontrar os alimentos, as roupas e as habitações disponíveis. Para os produtos em abundância era previsto o livre acesso, para aqueles escassos, o racionamento até a sua normalização⁵.

No que se refere à jornada de trabalho, na sua opinião, se todos trabalhassem dos 20 aos 50 anos de idade, bastariam de quatro a cinco horas de trabalho para garantir o bem-estar a todos. As demais horas de trabalho deveriam ser dedicadas às atividades artísticas ou científicas às quais cada um se sentisse mais apto, garantindo a todos o total desenvolvimento de suas faculdades e levando à extinção da diferenciação entre *trabalho distinto (intelectual)* e *trabalho simples (manual)*.

A idéia de fundo presente na proposta kropotkiniana de organização da sociedade futura era que o **verdadeiro fator de desenvolvimento e evolução da humanidade** era a **cooperação**, a **ajuda mútua** e não a *luta pela sobrevivência*, como tinha sido apresentada por Darwin e, principalmente por seus discípulos, sobretudo por HUXLEY. Estas idéias eram

⁵ No caso dos alimentos, segundo KROPOTKIN, a partir do momento que as terras ociosas comesçassem a serem cultivadas ocorreria o aumento natural da produção, garantindo a todos a satisfação de suas necessidades.

o resultado das suas observações durante as expedições realizadas no período em que serviu o exército russo na Sibéria e foram confirmadas por especialistas como KESSLER na sua conferência proferida em 1880 *Sobre a lei da ajuda recíproca*⁶.

KROPOTKIN acreditava que a cooperação e o apoio mútuo fossem não apenas as armas mais eficazes na luta pela sobrevivência contra as forças hostis seja da natureza seja das espécies inimigas, mas que essas eram também o instrumento principal da *evolução progressiva* no interior de uma mesma espécie, permitindo a todos longevidade, segurança e progresso intelectual. “Assim [aconteciam] que as espécies (...) que [praticavam] mais o apoio mútuo, não apenas [sobreviviam] mais do que as outras, mas [ocupavam] também o primeiro lugar – cada uma na sua respectiva classe (de insetos, de pássaros ou de mamíferos) – para a superioridade da sua estrutura física e da sua inteligência” (KROPOTKIN, 1922:48). Segundo ele, todas as vezes que os indivíduos de uma mesma espécie deviam lutar contra a insuficiência de alimentos, eles saíam desta experiência tão diminuídos em vigor e saúde que era impossível pensar que de tal luta pudesse derivar a evolução progressiva da espécie.

Esta forma de conceber a solidariedade e o apoio mútuo como o verdadeiro motor da evolução seja das espécies animais que do homem⁷ – e de consequência também da sociedade – colocava em discussão não apenas a teoria naturalista da evolução das espécies de Darwin como também a concepção e valorização da luta de classes e da luta pela conquista do poder como o motor da sociedade.

Ao dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, e não na luta de classes como entendida por exemplo por MARX, KROPOTKIN considerava que o verdadeiro objetivo da luta política – cuja existência ele admitia – devia ser a definitiva eliminação do fenômeno de formação das classes e a sua substituição com a unidade do grupo regido pelo apoio mútuo e não a substituição de uma classe no poder por outra. É desta tese que nasce a proposta de organização territorial da nova sociedade em comunas autogestidas destinadas a federarem-se entre si, dando origem a vastas uniões voluntárias. Os eventuais grupos existentes no interior das comunas seriam ligados entre si por laços de ajuda recíproca com o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade. Segundo KROPOTKIN, a democratização dos processos decisórios que teriam ocorrido no interior das comunas – caracterizada por um alto nível de participação dos indivíduos – teria sido a

⁶ A partir desta conferência KROPOTKIN decidiu recolher material para poder desenvolver a idéia que, na sua opinião, era o resultado das próprias idéias expressas por Darwin na *Origem do Homem*.

⁷ No livro **O apoio mútuo** KROPOTKIN analisa as formas de apoio mútuo entre os animais, entre os selvagens, entre os bárbaros, nas cidades do medievo e na sociedade contemporânea.

garantia para assegurar uma efetiva correspondência entre necessidades e ações coletivas aptas a satisfazê-las⁸.

É neste quadro de referência que devem ser compreendidas e estudadas as experiências de produção coletiva e comunitária colocadas em prática por estas duas correntes.

A PRAXIS ANARQUISTA OU “UMA SOCIEDADE ANARQUISTA É POSSÍVEL”

As experiências desenvolvidas no interior do movimento anarquista, ainda que empenhadas com a transformação da sociedade, tinham o objetivo de provar a viabilidade das propostas que eram apresentadas e discutidas em sede teórica. É nesta perspectiva que devem ser entendidas a realização da experiência de produção comunitária realizada pela Colônia Cecilia, em Palmeira-PR e aquela de produção coletiva realizada pelos coletivos espanhóis durante a Guerra Civil, somente para citar dois exemplos entre os mais significativos⁹. Vivia-se naquela época, sobretudo no período de realização da Colônia Cecilia, um momento de urgência por mudanças e tentava-se colocar em prática, na forma mais radical possível, o princípio da liberdade, um dos pilares fundamentais do movimento anarquista. Foi com este espírito que se passou à *praxis anarquista*.

Cecilia marcou o coroamento de um percurso longo e difícil traçado por Giovanni ROSSI, seu idealizador. ROSSI começou a perseguir a realização do comunismo anarquista aos vinte anos, ao escrever sua utopia *Un comune socialista*, onde descrevia uma propriedade localizada em um povoado imaginário situado em Livorno, na Itália, após a sua conversão em comunismo anarquista. De lá até o fim da sua vida perseguiu a realização de tal ideal, através de apelos para a realização de uma colônia socialista na Itália lançado várias vezes em jornais anarquistas; da difusão de idéias socialistas durante o tempo em que exerceu sua profissão de veterinário em Gavardo, no norte da Itália; da veiculação de suas idéias em defesa do experimentalismo através do jornal por ele criado, «Lo Sperimentale»; da realização da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Cittadella, também no norte da Itália, experiência que adquire um caráter de cooperativa e que não consegue transformar em colônia socialista até, finalmente, a realização de Cecilia no Paraná.

Cecilia pressupunha a aceitação do moto da produção comunitária: ***de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas***

⁸ Segundo KROPOTKIN, as necessidades dos indivíduos são uma consequência do desenvolvimento cultural do homem e das situações evolutivas que tal desenvolvimento determinam. Sendo assim, estas dependiam dos vários condicionamentos aos quais o homem estava sujeito na vida.

⁹ Mais exemplos de produção coletiva e comunitária devem ser buscados em minha dissertação de mestrado e tese de doutorado (ver bibliografia).

necessidades. O objetivo de ROSSI era experimentar a vida em comunismo anarquista, sem leis, sem propriedade privada, e com livre acesso de todos aos frutos da produção, para provar se esta era ou não possível. Para sua realização travou intensa polêmica com expoentes do movimento anarquista italiano, em especial com MALATESTA. Convicto de que era preciso partir para a prática e não havendo conseguido encontrar espaço para a realização desta experiência em sua terra natal, ROSSI decidiu partir para o Brasil com um grupo de italianos anarquistas, em fevereiro de 1890, para realizar a experiência da vida em comunismo anarquista.

O núcleo pioneiro era formado por cerca vinte pessoas, mas a colônia, nos tempos áureos, contou com mais de cem integrantes, tendo inclusive prosperado economicamente. Todas as decisões relativas à condução da comunidade eram tomadas em assembléia, onde todos tinham direito a voz e voto, independente de sexo, idade ou função desempenhada na comunidade.

As atividades eram realizadas comunitariamente e cada um decidia a qual atividade participar de acordo com as suas aptidões. A alimentação era garantida pela comunidade e as refeições eram preparadas por uma equipe de cozinheiras e realizadas coletivamente no refeitório. O dinheiro arrecadado com a comercialização da produção e com os trabalhos realizados a terceiros era colocado em um caixa comum, ao qual todos tinham livre acesso para garantir a satisfação das necessidades individuais, depois que tivessem sido garantidas as coletivas. A educação das crianças não foi esquecida e foi também realizada uma experiência de amor livre.

Como a liberdade era um dos asses portantes desta experiência, não se pensou em nenhum momento na possibilidade de estabelecer regras ou critérios que impedissem o ingresso de todo aquele que dela decidisse participar. Assim, dirigiram-se à Cecilia não apenas camponeses ou pessoas com alguma forma de ligação com a terra, mas também pessoas que não possuíam nenhuma afinidade com a atividade agrícola. Além disso, nem todos aqueles que dela participaram eram movidos pelo desejo de provar a viabilidade da vida em comunismo anarquista, tampouco tinham qualquer afinidade com as idéias e o projeto de ROSSI. A aparição de um grupo de camponeses decidido a assumir a direção da colônia, controlar o trabalho dos demais e impôr a retribuição do trabalho de acordo com a qualidade e a quantidade de trabalho realizado levou Cecilia a uma crise que, por sua vez, desencadeou na organização da verdadeira comunidade anarquista, em vigor até 1893, quando a experiência se concluiu.

O problema foi que Cecilia passou por muitas dificuldades econômicas. Todo o dinheiro arrecadado servia para garantir apenas a alimentação da comunidade, pouco sobrando para qualquer outro tipo de uso. De acordo com ROSSI, um dos fatores que

levaram à desintegração da comunidade foi, portanto, a situação de miséria à qual seus integrantes foram constantemente submetidos. Mesmo assim, segundo o seu idealizador, Cecilia alcançou o seu objetivo ao provar que a vida em comunismo anarquista era possível.

A experiência dos *coletivos* durante a Guerra Civil Espanhola foi uma outra tentativa de colocar em prática os princípios básicos do anarquismo com vistas à construção da sociedade libertária. Aqui, uma vez realizada a expropriação, foi estabelecida a propriedade comum das terras e dos instrumentos de produção e foram criados os coletivos com base na estrutura das comunas autogestidas propostas por BAKUNIN e KROPOTKIN.

Realizava-se uma assembléia para decidir as atividades a serem iniciadas e aquelas às quais o coletivo passaria a dedicar-se. O trabalho era realizado coletivamente e os vários integrantes eram livres para escolher de qual atividade participar. As atividades eram coordenadas por um *comité técnico*, cujos membros eram eleitos através de uma assembléia geral. As decisões mais importantes com relação à forma de funcionamento do coletivo eram tomadas em assembléia. Como forma de retribuição **pele trabalho realizado** a maior parte dos coletivos adotou o *salário familiar*, onde a cada membro da família era designada a sua parte, de acordo com a idade, sexo e, em alguns casos, com o trabalho realizado. Em alguns coletivos a moeda oficial foi substituída por uma moeda local, enquanto em outros ela foi abolida, sendo substituída por um *bonus*. Para os produtos em abundância era garantido o livre acesso, enquanto para aqueles escassos era praticado um racionamento.

Os vários coletivos eram federados entre si, fato que completava a proposta dos anarquistas que, desde PROUDHON, defendiam a idéia da organização da sociedade libertária baseada em comunas autogestidas e federadas entre si¹⁰. Entre os coletivos federados vigorava o princípio do *apoio mútuo*: os coletivos em dificuldades econômicas eram ajudados por aqueles mais prósperos e, em alguns casos, foram instituídas as Caixas de Compensação para resolver estes problemas. As trocas entre os coletivos de uma mesma região ou aquelas entre coletivos de regiões diferentes eram controladas pela Federação e os úteis obtidos com a diferença de cambio eram utilizados a favor dos coletivos mais pobres.

Apesar dos sucessos obtidos, os coletivos tiveram que enfrentar uma série de dificuldades. A mais importante foi a falta de fundos para que pudessem ser realizados investimentos em melhorias para a produção como a aquisição de maquinários agrícolas, sementes, etc, já que o governo de Madri negava toda solicitação de crédito apresentada.

¹⁰ PROUDHON falava em comunas ou associações livres e federadas entre si como forma de organização da nova sociedade. A organização federativa devia ser um órgão de coordenação entre as unidades locais e não um órgão administrativo.

Os coletivos foram ainda deixados em total autonomia e independência, fato que teve efeitos desastrosos sobre a agricultura: sem coordenação e sem investimento, eles acabaram por escolher as culturas agrícolas com base na disponibilidade de recursos, o que normalmente não correspondia às necessidades do mercado. Além destas dificuldades, os integrantes dos coletivos deviam enfrentar dificuldades internas: nem todos os camponeses eram anarquistas e menos ainda convictos da eficácia da coletivização. Ao contrário, muitos entraram a fazer parte dos coletivos por medo das represálias e não esperavam outra coisa que o fim da guerra com a vitória dos nacionalistas, para que tudo pudesse retornar como antes. Isto era um outro fator importante: a insegurança sobre os destinos da guerra e o medo que os coletivos fossem destruídos de um momento para outro impedia a realização de melhorias mais significativas, sempre que estas fossem possíveis. Os golpes finais foram dados pelo governo que os destituiu. Com o fim da guerra e a vitória dos nacionalistas, terminou também a experiência dos coletivos espanhóis.

POR UMA TEORIA DA PRODUÇÃO COLETIVA E COMUNITÁRIA NO INTERIOR DO MOVIMENTO ANARQUISTA

As experiências históricas de produção coletiva e comunitária estudadas, apesar dos diversos contextos em que foram produzidas e realizadas, têm características comuns que levam a pensar na existência de um modelo ou de uma teoria fundante. O objetivo deste item é aquele de identificar estas características e as teorias que lhes servem de base.

Em termos gerais quatro são os “pontos cardeais” em torno aos quais se desenvolveram estas experiências: a **organização “administrativa” da comunidade**, a **organização do trabalho**, a **forma de retribuição pelo trabalho desenvolvido** e o **consumo dos bens produzidos**.

A **organização administrativa da comunidade** normalmente baseava-se em três pontos. O primeiro era o **estatuto escrito**¹¹, que determinava a forma de funcionamento da comunidade e as regras de conduta dos seus membros. Na maior parte dos casos, este era fruto de um intenso debate realizado no interior das assembleias gerais e às quais participavam ativamente todos os seus integrantes. Algumas vezes, porém, o estatuto era preparado por uma comissão e apresentado à comunidade durante a assembleia. Em alguns casos, tais comissões podiam ter sido previamente eleitas pelos membros da comunidade durante a assembleia, recebendo plenos poderes para redigir o estatuto após prévia discussão sobre os conteúdos, como no caso da utopia de ROSSI e na maior parte das experiências dos coletivos espanhóis. Em outros casos a comissão era escolhida pelos

¹¹ No caso da utopia de ROSSI – *Un comune socialista*, a utopia onde ROSSI descreve a organização de uma comuna em comunismo anarquista, cujas idéias ali contidas ele tentará colocar em prática por toda a sua vida – tratava-se de um **contrato**.

organizadores da experiência e dispunha de plenos poderes para elaborar o estatuto com base em critérios previamente discutidos, como no caso de Ralahine e de Cittadella¹².

Nos casos em que a comissão era escolhida pelos organizadores da experiência, podiam-se verificar dois tipos de procedimentos: o estatuto podia ser apresentado à comunidade como um produto acabado, ou como um documento aberto à discussão e eventuais ajustes. Algumas comunidades preferiram não elaborar nenhum estatuto e pensar na solução dos problemas quando estes se apresentassem concretamente, como aconteceu em alguns coletivos espanhóis. Entre os argumentos tratados no interior do estatuto (regulamento), estavam algumas regras relativas à sua administração; à organização e as funções dos comitês; às obrigações dos membros que aderiam ao coletivo; à forma de criação do gado; ao armazenamento dos produtos comestíveis e da colheita agrícola; à criação de cooperativas de consumo; ao aumento da produção; ao consumo dos produtos da parte dos membros do coletivo; à determinação dos dias de festa; ao uso do dinheiro (na maior parte dos casos não circulante); à eleição dos delegados de cada ramo de trabalho; à idade mínima e máxima para o trabalho no interior do coletivo e às atividades a serem desenvolvidas; aos direitos daqueles que decidem sair ou transferir-se do coletivo; à soberania e ao papel das assembléias no interior do coletivo, enquanto local decisional por excelência.

O segundo ponto era a eleição dos **comitês administrativos e técnicos** responsáveis pela execução dos trabalhos. O *comitê administrativo* era responsável pela administração da comunidade, tendo como obrigação: o respeito do estatuto; a representação da comunidade no externo, sobretudo pela comercialização; o controle contábil e a elaboração de um livro para a prestação das contas aos membros da comunidade; a convocação e a condução das assembléias gerais e a elaboração das atas, etc. Os *comitês técnicos* eram responsáveis pela boa condução das atividades; a determinação dos trabalhos a serem desenvolvidos e o planejamento da produção, e eram organizados de acordo com as atividades desenvolvidas pela comunidade: agricultura, pecuária, indústria, armazenamento, higiene e saúde, educação, etc. Os membros dos comitês eram eleitos no interior da assembléia geral.

O terceiro ponto – e talvez o mais importante de todos – era a **assembléia geral**. Convocada com periodicidade variável – semanal, quinzenal ou mensal – ela era soberana no que se refere às decisões mais importantes adotadas pela comunidade. Dela participavam todos os membros, ainda que em alguns casos as mulheres tivessem direito a voz mas não a voto. Na assembléia eram discutidos os problemas mais importantes da comunidade. As decisões eram tomadas, de acordo com a importância dos problemas em

¹² Detalhes sobre estas experiências encontram-se em minha tese de doutorado (Ver bibliografia).

questão, por maioria simples ou por unanimidade. A assembléia geral tinha também poderes para mudar o estatuto, se considerado necessário, mas somente após exaustiva discussão.

A **organização do trabalho e da produção** era um outro pilar importante destas experiências. O trabalho era desenvolvido via de regra coletivamente e somente em casos excepcionais de forma individual. As decisões sobre os produtos a serem cultivados, as atividades a iniciar e aquelas a serem interrompidas eram todas tomadas em assembléia com a participação de todos os membros da comunidade.

De acordo com a atividade a ser desenvolvida os trabalhadores eram divididos – ou auto-organizados – em equipes de trabalho, e cada trabalhador era livre para escolher a qual grupo participar. Cada grupo elegia o seu delegado, que era responsável pela condução das atividades e representava a equipe na reunião com os comitês técnicos, não possuindo porém nenhum poder especial. Cada manhã os vários grupos de trabalho reuniam-se para tomar ato dos trabalhos a serem realizados no decorrer da jornada de trabalho. Não existia um horário fixo de trabalho, mas um horário aconselhável. Cada trabalhador era livre de decidir quando dirigir-se ao trabalho, devendo porém trabalhar o número de horas previamente determinado, de acordo com a atividade desenvolvida e a estação do ano em que se encontrava. A determinação das horas de trabalho levava em consideração o cansaço ocasionado pelo trabalho, a estação do ano, a duração do dia e o período de cultivo.

Os vários delegados das equipes se reuniam com o comitê técnico normalmente uma vez por semana, para discutir sobre o andamento dos trabalhos, os eventuais problemas e decidir sobre os trabalhos a serem realizados, as mudanças a serem introduzidas, etc. As decisões tomadas eram depois comunicadas às várias equipes e colocadas em prática. Os problemas que persistiam eram reapresentados ao comitê técnico que devia pensar em outras soluções mais eficientes.

Nos coletivos espanhóis existiam ainda comitês compostos por técnicos especializados, responsáveis pela execução de pesquisas destinadas à melhoria da produção e a reduzir os efeitos das adversidades naturais. Com esta finalidade eram instituídos no interior dos coletivos estações experimentais onde eram realizados os experimentos necessários. As diversas pesquisas eram confrontadas entre si, de modo a difundir os conhecimentos adquiridos e melhorar assim a produtividade de todos os coletivos.

A **forma de retribuição/remuneração pelo trabalho desenvolvido** era muito diversa entre as várias experiências e, entre toda a discussão realizada no interior do movimento anarquista, mas não somente, este era o ponto de mais difícil consenso. Na maior parte dos

casos era previsto um *salário* que podia ser *individual* ou *familiar*¹³. Em outros não era prevista nenhuma forma de retribuição/remuneração, dado que era garantido a todos o livre acesso a todos os produtos da comunidade, de acordo com as próprias necessidades, estabelecendo-se assim o *comunismo anarquista*.

O *salário individual*, vigente em Cittadella e na fase inicial de Poggio al Mare, a utopia de ROSSI¹⁴, variava de acordo com o tipo de trabalho realizado e as horas a ele dedicadas, caracterizando pois a prática do **coletivismo**. No caso de Cittadella foram mantidas diversas categorias de retribuição, que variavam de acordo com a quantidade de trabalho desenvolvido e a responsabilidade de cada sócio no interior do ciclo produtivo. Para decidir a remuneração para cada categoria, feita em moeda oficial, a comissão administrativa tomou como base para o cálculo da remuneração nacional somando a esta uma pequena quantia. No caso da utopia de Poggio al Mare, buscou-se colocar em prática a máxima coletivista **«a cada um o inteiro produto do seu trabalho»** que se concretizava no consumo. Assim, servindo-se de um método científico que calculava o consumo orgânico de cada trabalhador para a produção de um determinado bem, chegava-se, de um lado, à quantidade de “*unidades de valor*” a que cada trabalhador tinha direito, por outro, ao número de “*unidades de valor*” que custava cada produto, sendo a moeda oficial substituída por estas “*unidades*”. Cada objeto possuía ainda a indicação das unidades de valor que, de acordo com os cálculos, eram custadas a todos aqueles que tinham contribuído à sua fabricação e, com as unidades de valor que cada trabalhador ganhava a cada dia, era possível adquirir os produtos dos quais tinham direito, chegando assim à colocação em prática da referida máxima.

O *salário familiar* existiu sobretudo nos coletivos espanhóis. As categorias salariais eram determinadas de acordo com as situações conjugais, a idade e, na maior parte dos casos, do sexo¹⁵, não existindo diferenças entre as atividades desenvolvidas. A cada membro da família era pois conferida a sua parte, seja em moeda oficial, seja em moeda local, ou ainda, nos casos em que tinha sido completamente abolido o uso da moeda, através de *bonus* ou ainda através de um sistema de pontos assinalados em um livro de consumo.

Da bibliografia consultada não é clara a forma em que eram determinados os preços dos produtos. Intui-se a existência de um controle por parte da Federação Regional dos Coletivos para a determinação e a estabilidade dos preços, nos coletivos que tinham optado

¹³ Ainda que o termo seja o mesmo, a sua forma de determinação è muito diversa daquela do sistema capitalista.

¹⁴ Estas experiências são analisadas em minha tese de doutorado (op. cit.).

¹⁵ Apesar de tratarem-se de experiências anarquistas, somente em alguns coletivos foi abolida a diferença de salários para homens e mulheres.

pela manutenção da moeda, fosse ela oficial ou local. Parece que aqueles que tinham escolhido o sistema dos bônus ou dos pontos, tivessem transformado os preços vigentes em pontos. Por outro lado na literatura encontram-se referências da instituição das “rações”, ou seja, o conjunto dos produtos necessários ao consumo da família durante a semana. Esta era garantida a todos os membros do coletivo, de acordo com os seus recursos e a disponibilidade dos produtos.

Uma outra característica existente em alguns coletivos e em Cittadella era a manutenção de um pequeno pedaço de terra à disposição de cada família, de modo que ela pudesse cultivar os produtos de primeira necessidade e dos quais tivesse necessidade ou ainda criar animais de pequeno porte. Isto reduzia as despesas para o sustento da família e melhorava as suas condições materiais de existência.

O **consumo dos bens produtivos** variava de acordo com a forma de retribuição pelo trabalho. Nos casos em que foi abolida a remuneração, foi instituído o livre acesso à produção. Nos casos em que continuaram a circular moeda ou bonus, os trabalhadores recebiam semanalmente em moeda ou bonus com os quais dirigiam-se aos armazéns de abastecimento para adquirirem os alimentos necessários ao consumo semanal. Nos casos em que tinha sido instituído o sistema dos pontos, era entregue a cada trabalhador um livro de consumo no qual registrar os pontos aos quais cada família tinha direito durante a semana e os pontos que tinham sido utilizados para adquirir os produtos. Para adquirir os produtos dos quais necessitavam bastava apresentá-lo nos armazéns. O responsável, no momento da entrega do produto solicitado, subtraía do total dos pontos disponíveis aqueles relativos aos produtos adquiridos. Assim, cada família tinha o controle dos pontos ainda remanescentes para a aquisição de outros alimentos.

Em todos os casos foi estabelecido o racionamento dos produtos mais valiosos e de mais escassa produção, como a carne, enquanto foi garantido a todos o livre acesso àqueles mais abundantes, como o trigo e o óleo. Relativamente ao racionamento, inicialmente foi estabelecida e distribuída uma quota de cada produto racionado a cada família ou trabalhador não casado. Em seguida, para garantir mais liberdade de consumo e de escolha, decidiu-se por instituir também para estes casos um sistema de pontos, contados à parte. Para alguns produtos racionados foi estabelecido um número de pontos e a cada família era assinalado no livro de consumo um número determinado de pontos a serem utilizados com os produtos racionados. Assim, cada família decidia sozinha como utilizar os pontos, de acordo com as próprias necessidades e preferências.

O REEMERGIR DOS IDEAIS ANARQUISTAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: AS «NOVAS» UTOPIAS

Fora do circuito de discussão do movimento anarquista podem ser encontradas práticas de produção coletivas e comunitárias em diferentes partes do mundo. Um dos exemplos mais significativos, ocorrido no Brasil e existente ainda hoje é o da Comunidade Sinsei, localizada no município de Guaraçaí-SP. Tal comunidade tem início em 1956, fruto da cisão de uma outra comunidade – a comunidade Yuba, criada em 1935 – e da decisão de metade dos integrantes da antiga comunidade de continuar a viver em comunidade mas de uma forma efetivamente comunitária.

Durante a existência da Comunidade Yuba – até 1956 localizada em Guaraçaí e, com a desintegração reorganizada no município vizinho de Mirandópolis-SP – cerca de 300 integrantes viviam em comunidade sob a liderança de Issamu Yuba, seu líder e organizador. Os trabalhos eram realizados comunitariamente, as refeições preparadas por uma equipe de cozinheiras que se revezavam e consumidas também comunitariamente. Na época de Issamu Yuba a comunidade dedicava-se à avicultura poedeira, transformando-se, durante a década de 50, na maior granja de avicultura poedeira da América Latina. A comercialização da produção era feita comunitariamente e o dinheiro era todo destinado a um caixa comum que, porém, era controlado por Issamu Yuba. As necessidades coletivas eram satisfeitas coletivamente mas para aquelas individuais era necessário solicitar a Yuba que era quem decidia sob a pertinência ou não da mesma.

Yuba possuía um grande senso de pioneirismo mas nenhum senso de finanças e, por várias vezes levou a comunidade à falência, recorrendo sempre a um novo empréstimo para cobrir aquele anterior. Em 1956 vem a crise final, após um período de intervenção mal sucedida do Banco América do Sul. Os integrantes da comunidade foram expulsos das terras e acolhidos na Fazenda 320, localizada em Guaraçaí-SP, de propriedade de José Marques, na época Prefeito do município e um dos credores de Issamu Yuba. Uma condição, porém, havia sido imposta: a de que Yuba não fosse mais o líder da comunidade. Na ocasião Yuba estava em São Paulo tentando conseguir, sem sucesso, um novo empréstimo para sair da crise em que se encontrava. Ao retornar da tentativa mal sucedida deparou-se com o fato consumado. Após alguns dias ele convocou uma reunião, convocando todos a seguirem-no para uma outra fazenda onde a comunidade iria se reerguer. Foi neste momento em que se deu a cisão da comunidade: apenas metade dos integrantes decidiu acompanhar o líder. O restante permaneceu na fazenda onde haviam sido acolhidos para começar uma *vida nova*.

Sinsei significa *vida nova* e a nova comunidade que então surgiu organizou-se em bases mais democráticas. Após a saída da nova Comunidade Yuba da fazenda, aqueles

que permaneceram reuniram-se para decidir sobre os caminhos a trilhar. A primeira decisão foi a manutenção da vida em comunidade. No lugar do líder, porém, a nova comunidade seria conduzida por todos, através das decisões tomadas coletivamente nas **assembléias gerais**, realizadas ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que necessário. Nestas assembléias todos teriam direito a voz e voto, independente do sexo, idade ou função desempenhada no interior da comunidade.

Decidiu-se ainda por manter o **caixa comum**, ao qual todos teriam livre acesso. O caixa abrigaria todo o dinheiro obtido com a comercialização da produção, realizada também comunitariamente. Um tesoureiro controlaria-o mas sua única função era a de evitar que faltasse dinheiro para satisfazer as necessidades básicas e coletivas da comunidade, ou ainda honrar os compromissos por ela assumidos. A vida espiritual foi garantida através da **religião** e dos cultos realizados com periodicidade quinzenal¹⁶.

A decisão sobre as atividades às quais se dedicar levou em consideração uma maior integração entre as mesmas e uma maior otimização dos trabalhos e do tempo de dedicação aos mesmos. Em outras palavras, para a escolha das atividades buscou-se, o quanto possível, uma complementariedade entre elas, de forma que o refugo de uma atividade pudesse ser utilizado em outra. Considerou-se ainda o calendário agrícola, de forma a tentar evitar a superposição de períodos de intenso trabalho e a existência de períodos de ociosidade, buscando assim uma melhor distribuição no decorrer do ano. Enfim, decidiu-se diversificar o máximo possível a produção para depender o mínimo possível das oscilações do mercado, tanto para a aquisição dos gêneros necessários quanto para a comercialização da produção. Assim, optaram por dedicar-se à avicultura poedeira – em função também da experiência já adquirida com a mesma – e por usar o esterco produzido pelas galinhas como adubo nas hortas; pela fruticultura, horticultura, produção de cereais, sericicultura, pecuária leiteira, suinocultura, etc, sendo algumas dessas atividades destinadas à comercialização da produção com consumo do excedente e outras destinadas ao consumo com comercialização de um eventual excedente.

Também para a comercialização existia uma diversificação das vias escolhidas. Três foram as formas adotadas: venda direta ao consumidor na própria sede, em uma feira realizada em Guaraçá-SP duas vezes por semana e em uma quitanda e mercearia em Ilha Solteira-SP; venda no atacado para o CEAGESP servindo-se de terceiros para o transporte das mercadorias e, ainda, entrega dos casulos de bicho da seda para a BRATAC e do leite para a cooperativa instalada na cidade nos anos 1990.

¹⁶ Os cultos eram realizados toda primeira quinta-feira e todo terceiro domingo de cada mês. O culto das quintas-feiras era realizado pelo reverendo da comunidade e aquele dos domingos por um reverendo vindo de Pereira Barreto-SP.

Os integrantes decidiam de livre arbítrio a qual atividade dedicar-se, ainda que, implicitamente, existisse uma divisão sexual do trabalho: os homens dedicavam-se às atividades mais pesadas, como o cultivo nas roças, e as mulheres à avicultura poedeira, cozinha, atividades de preparo dos produtos para comercialização. As refeições eram preparadas por uma equipe de mulheres e consumidas comunitariamente. Todos participavam das assembléias, mas os mais velhos, que representavam a maioria, acabavam decidindo os destinos da comunidade. O choque de gerações não tardou a far-se sentir, resultando na saída de muitos jovens da comunidade e levando a uma redução significativa do seu número de integrantes.

Além destes casos citados, este tipo de prática reaparece atualmente em alguns ecovilágios na Europa. Entre aqueles estudados, dois deles são dignos de nota: a Confederação dos Világios Élficos e o Ecovilágio Basilico, ambos na região Toscana, na Itália. Em ambos os casos a prática da produção comunitária é uma realidade: a propriedade comum da terra e dos instrumentos de produção, a autogestão como forma de condução da comunidade, o caixa comum concentrando todos os recursos obtidos com a comercialização e o livre acesso à riqueza produzida comunitariamente fazem parte do dia-a-dia dessas comunidades, caracterizando a construção do *território da utopia camponesa* de vida em comunidade.

PARA CONCLUIR... OU PARA COMEÇAR?

As várias experiências citadas, sejam elas históricas ou atuais, pensadas na ótica das «velhas» ou das «novas» utopias indicam o caminho a seguir na direção da construção de um *território da utopia camponesa*, um território onde a solidariedade/apoio mútuo, a autonomia, a autodeterminação/autogestão, as práticas de democracia participativa e o desenvolvimento em harmonia com o ambiente são elementos fundamentais. Mais ainda, tais experiências reforçam a afirmação feita pelo movimento *no global* de Porto Alegre, de que *um outro mundo não só é possível, mas é já em construção*. Particularmente creio que o correto seria dizer que *“um outro mundo”, nunca deixou de ser construído*. O questionamento à ordem existente é hoje, mais do que nunca, realidade. Hoje é a sociedade que encontra-se em movimento, em direção à superação desta ordem, com ações as mais diversas possíveis. Não há mais o que inventar, menos ainda o que esperar. Estamos diante da oportunidade histórica de mudar a direção para a construção deste *“outro mundo”*. O momento é agora. Amanhã pode ser tarde demais.

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, M. A. **Dio e lo Stato**. Prefazione Filippo TURATI e Leonida BISSOLATI. Cenni biografici di CAFIERO e RECLUS. Milano: Edizione della Rivista L'Università Popolare, 1914. 154 p. (Biblioteca “Germinal”, Vol. V)

_____. **L'idea anarchica e l'Internazionale.** Prefazione e note di Luigi FABBRI. Vol. II. Prima edizione italiana. Milano: Libreria Editrice «Nuovi Tempi», 1922. 254 p.

_____. **La comune e lo Stato.** Con lo scritto di Andrea COSTA il 18 marzo e la comune di Parigi. Roma: Savelli, 1977a. 128 p.

_____. **Opere complete.** Vol. IV – Stato e Anarchia. Dove andare cosa fare. 1873. (a cura di A. M. BONANNO). Catania: Edizioni della Rivista «Anarchismo», 1977b. 273 p.

BETRI, L. (a cura di) **Cittadella e Cecilia due esperimenti di colonia agricola socialista. Carte inedite a cura di Luisa Betri e un saggio introduttivo su l'utopia contadina.** Milano: Edizioni del Gallo, giugno 1971. 395 p.

BRENAN, G. **Storia della Spagna 1874-1936: le origini sociali e politiche della guerra civile.** Intr. G. ROVIDA. Torino: Giulio Einaudi editore, 1970. 357 p.

BROUÉ, P. e TÉMIME, É. **La rivoluzione e la guerra di Spagna.** Trad. G. F. VENÉ. Torino: Oscar Mondadori, 1980. 684 p.

GOSI, R. **Il socialismo utopistico: Giovanni Rossi e la colonia anarchica Cecilia.** Milano: Moizzi editore, 1977. 181 p. (Col. Nuove Ricerche, 3).

KROPOTKIN, P. A. **La scienza moderna e l'anarchia.** 2a. ed. Milano: Casa Editrice Sociale, 1922. 306 p.

_____. **La conquista del pane.** Pref. Eliseo RÉCLUS, Trad. Giuseppe CIANCABILLA. Bologna: Libreria Internazionale d'Avanguardia, 1948. 173 p.

_____. **Campi, fabbriche, officine.** Ed. ridotta e aggiornata a cura di Colin Ward. Milano: Antistato, 1975. 237 p.

_____. **Il mutuo appoggio.** Intr. Gian Paolo PRANDSTRALLER, Trad. Camillo BERNERI. Roma, Salerno Editrice, 1982. 344 p.

LEVAL, G. **Né Franco né Stalin: le collettività anarchiche spagnole nella lotta contro Franco e la reazione staliniana.** Milano: Iei (Istituto Editoriale Italiano), 1952. 320 p.

_____. **Espagne libertaire, 36-39: l'oeuvre constructive de la révolution espagnole.** Paris: Éditions du Monde libertaire, 1983. 402 p.

MARCOS, V. de. **Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade.** Dissertação de Mestrado. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Depto. de Geografia, FFLCH USP. São Paulo, outubro de 1996. 400 p.

_____. **Alternative per la produzione agricola contadina nell'ottica dello sviluppo locale autosostenibile.** Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico-Ambientale. Tutor: QUAINI, Massimo. Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Apr. 2004. 626 p.

QUAINI, M. **La mongolfiera di Humboldt. Dialoghi sulla geografia, ovvero sul piacere di cercare sulla luna la scienza che non c'è.** Reggio Emilia: Diabasis, 2002. 354 p.

RANZATO, G. Le collettivizzazioni anarchiche in Catalogna durante la guerra civile spagnola, 1936-1939. In: **“Quaderni Storici”**, n. 19, gennaio/aprile 1972. p. 317-338. Urbino: Argalia.

RECLUS, E. **Evolução, revolução e ideal anarquista.** São Paulo: La tribuna espanhola, 1904, 143 p.

ROSSI, G. Noterelle di viaggio e di colonizzazione. In **“La geografia per tutti”**, Anno I. n°s 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, e 13, 31 maggio/16 novembre 1891. Bergamo: Frat. CATTANEO succ. GAFFURI e GATTI.

ROSSI, G. (CARDIAS). **Un comune socialista.** 4a. edizione. Prefazio di A. COSTA. Brescia: Tipografia Sociale Operaia, 1884. 72 p.

_____. **Cecilia comunità anarchica sperimentale. Un episodio d'amore nella colonia «Cecilia».** 2a. edizione. Prefazio di Salvo Vaccaro. Pisa: BFS edizioni, marzo 1993. 72 p.

WOODCOCK, G. **L'anarchia: storia delle idee e dei movimenti libertari.** Milano: Feltrinelli, 1966. 441p.